

Os movimentos sociais urbanos: questões conceituais relacionadas à práxis

Regina Célia Bega dos Santos
Instituto de Geociências: Departamento de
Geografia – Programa de pós-graduação - Unicamp.

I - Introdução

Este trabalho tem por tema os movimentos sociais urbanos. Em geral, os movimentos sociais colocam-se potencialmente contra uma determinada situação de vida e, a partir de ações concretas, procuram mudar o status quo. Esta situação de vida relaciona-se à forma como o espaço geográfico, como um sistema de objetos é apropriado pela sociedade, através do sistema de ações, seguindo abordagem proposta por Milton Santos. Por esta concepção, o espaço é entendido como meio, ou seja, como o lugar material da possibilidade dos eventos, onde se reúnem materialidade e ação humana. Ao mesmo tempo em que é no espaço geográfico que há a possibilidade de acontecer as ações, estas mesmas ações passam, concomitantemente, a fazer parte do espaço – materialidade e imaterialidade - e assim interferem na dinâmica sócioespacial que produzirá novas ações e novos objetos geográficos.

Por isso, podemos dizer que o lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas. Portanto, quando falamos de movimentos sociais estamos mencionando as ações empreendidas a partir da conscientização de que há possibilidades latentes que permitem a organização de um determinado coletivo ou de que é chegada a oportunidade para a organização ou para a ação. Essas oportunidades podem estar dadas pelo contexto social ou podem ser criadas a partir de determinadas intenções, de qualquer forma são sempre historicamente definidas.

Entendemos, como Thompson, que um movimento social é deflagrado pela força social coletiva organizada.

No Brasil, principalmente a partir no final das décadas de 1970 e na de 1980, houve um recrudescimento dos movimentos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica e ao movimento sindical. Gradativamente outros movimentos, como o feminista, o ecológico, contra a discriminação começaram a se destacar nas cidades, lugar privilegiado para a deflagração de movimentos desse tipo.

No âmbito de América Latina podemos destacar importantes movimentos, alguns deles políticos, como o Sandinismo na Nicarágua, que envolveu as diferentes classes sociais e diversas correntes ideológicas; ou as lutas populares no Peru; os comitês de defesa dos Direitos Humanos e as Associações de Familiares de Presos Políticos e Desaparecidos, principalmente na Argentina; as experiências de ‘greves cívicas nacionais’, com a participação de sindicatos, partidos políticos e organizações populares, na Colômbia, no Peru, no Equador...

O nosso foco são os movimentos populares urbanos no Brasil. Quando nos referimos a *movimentos* urbanos, é necessário lembrar que eles são comumente designados como *populares*. Não que sejam unicamente populares, mas esta é a referência fundamental, que caracteriza a maioria dos movimentos reivindicatórios urbanos. O caráter da organização popular é político (GOHN, 1991), já que a mobilização é de enfrentamento ao *status-quo*, diferentemente de outros movimentos reivindicatórios que envolvem outras classes ou as camadas mais abastadas da população.

Ainda em relação aos movimentos populares urbanos, não se pode buscar uma unanimidade de atuação dentre os diversos grupos existentes. Alguns grupos lutam contra o Estado e as instituições constituídas, entendendo que a resolução de seus problemas só se efetivará em uma sociedade mais igualitária, inserindo, portanto, o movimento no bojo da luta revolucionária que aspira a transformação do sistema político.

Para estes cabe a conceituação dada por Dalton e Kuechler e apresentada por Boaventura SANTOS (1999), ou seja, estamos diante de um movimento social quando “*um setor significativo da população desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e (...) os persegue por vias não institucionalizadas*”.

Os movimentos sociais urbanos em geral atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, movimentos por moradia, pela implantação ou melhoria dos serviços públicos, como transporte público da qualidade, saúde ou educação são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos de caráter popular, relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

Entretanto, convém lembrar que alguns movimentos deflagrados nas cidades, principalmente a partir dos anos 1990, não são basicamente ou unicamente populares e nem tão pouco unicamente urbanos. Ficaram conhecidos como *novos movimentos* sociais. Identificam novas formas de opressão, relacionadas à cidadania e aos direitos universais. Referem-se desde as reivindicações mais gerais até às mais específicas: movimentos por direitos civis, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc. São reivindicações diferentes daquelas produzidas pelas relações de produção capitalista.

São movimentos, que após os anos 70, surgiram na Europa com a crise do *estado do bem-estar social* e da própria sociedade industrial, empreendidos principalmente pela classe média e relacionados às questões de gênero (movimento feminista), ambientalistas, sexuais, dentre outros. (SANTOS, 1999)

Nesta mesma época, no Brasil, como nos demais países da América Latina, os Movimentos Sociais com características *populares*, tomaram conta das ruas dos grandes centros urbanos, em geral participando, através das reivindicações específicas, da luta política mais geral, contra as ditaduras militares existentes nos principais países da região. As reivindicações relacionavam-se principalmente à precariedade nas condições da vida da população mais pobre, como por exemplo: moradia, saúde, educação, saneamento e transportes públicos (DOIMO, 1995)

Estes movimentos populares acabavam por colocar em cheque as formas de apropriação da cidade, lutam contra a concentração da terra urbana, ou pelo acesso à habitação ou aos equipamentos urbanos (redes elétrica, de água e de esgoto, telefonia; serviços de saúde, educação, transportes coletivos etc.) (KOWARICK, 2000).

Kowarick diz que o empobrecimento, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que matérias-primas para as reivindicações populares, que podem esgotar-se na medida em que são ou não são atendidas, esvaziando o movimento. Podem, por outro lado, transformar-se em lutas sociais propriamente ditas, dependendo de como o movimento se desenrola e se relaciona com as demais forças ou grupos sociais envolvidos neste processo. São as experiências vividas, as possibilidades de interação social, as possibilidades de compreender as questões específicas relacionadas

com as questões mais gerais que vão permitir a transformação de um simples movimento reivindicatório em um espaço de luta social.

Os movimentos urbanos podem ter um caráter policlassista, reunindo grupos diferenciados quanto à situação econômica, ou podem reunir somente indivíduos pertencentes às camadas mais pobres da população, como no caso do movimento por moradia.

Considerando as experiências dos movimentos sociais, principalmente das décadas de 1970 e 1980, podemos afirmar que os mesmos assumiram, em alguns casos, características *reformistas*, e em outros, *transformadoras*, relacionados a problemas mais imediatos, específicos ou a problemas mais gerais.

Os projetos ditos *reformistas*, em geral, desenvolveram-se a partir dos interesses das classes dominantes, por iniciativa do poder público e também coexistindo junto a certas parcelas do movimento popular. A participação, nesse caso, limita-se apenas a consultas, para o conhecimento das opiniões da população interessada. Procuram desfigurar os interesses populares, identificando-os, de forma linear, com os interesses de toda a sociedade, da tal forma que o conflito é diluído e as reivindicações específicas são transformadas em meros problemas burocráticos.

No desenrolar destes **movimentos reformistas** ou “cooptados” pelo poder público as propostas e alternativas populares são apropriadas por esse poder e transformadas em políticas estatais, de cunho demagógico ou populista. Algumas propostas, como a de mutirão, para os programas de moradia popular, podem almejar, apenas, a redução de custos na execução dos projetos. Ou ainda, as reivindicações por direitos de cidadania são parcialmente atendidas, através de padrões mínimos de consumo ou de serviços públicos, transformadas, assim, em cidadania de segunda categoria - a cidadania imperfeita, ou mutilada, conforme discutido por SANTOS (1987).

No projeto **transformador** os problemas são relacionados à divisão social de trabalho e às injustiças sociais, as questões estruturais são retomadas, pois afinal o que se objetiva é a transformação da sociedade. Em geral, o ponto da partida do movimento é específico, mas os participantes vão adquirindo consciência de que as questões da desigualdade ou da injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução desses problemas específicos.

Na cidade de São Paulo, na década de 1970, muitos movimentos populares ligados à Igreja Católica seguiram este caminho.

De acordo com Gohn: *A partir de práticas de resistência, advindas da experiência cotidiana no trabalho e na moradia, construíram-se os elementos de um projeto futuro, que se propunha libertador, negando as experiências clientelísticas do passado.* (GOHN:1991, p 44)

As reivindicações emergem no cenário urbano devido ao processo de empobrecimento das camadas populares e das contradições produzidas pela urbanização capitalista. Alguns desses movimentos propõem novas formas de administração pública, com participação popular na gestão democrática dos serviços públicos, a partir da compreensão de que são equipamentos coletivos, públicos e não estatais ou governamentais. Os movimentos de saúde, na periferia de São Paulo, como no Rio de Janeiro, na década de 1980 foram os que mais avançaram nesse sentido, embora sem a dita ruptura com a ordem existente. Foram criados mecanismos para efetivar a

participação popular nos conselhos de saúde comunitários, em uma experiência não de todo bem sucedida, mas que ainda pode ser aprofundada.

A Constituição Federal de 1988 criou mecanismos para a participação popular, assim, as possibilidades para a *gestão popular*, ou seja, para o exercício do poder popular através de instituições representativas, deixou de ser uma bandeira de luta, para, aos poucos, ir tornando-se realidade, com dificuldades é certo, pois os obstáculos políticos são muitos. Além da necessidade de aprendizagem para o exercício de práticas democráticas, em um país em que foram raros os períodos de amplas liberdades para a participação política.

Os movimentos populares foram elaborando os seus projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas, pela moradia ou pela posse da terra, por serviços de saúde, por meios de transportes eficientes... Durante este processo, os participantes dos movimentos descobriram os seus direitos sociais, conscientizando das causas da segregação socioespacial, identificando os espaços socialmente diferenciados. Assim, durante a luta foram sendo explicitadas as diferentes formas da apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais.

É no bojo deste processo que surgem os chamados *novos sujeitos históricos*. A luta, embora travada no plano do consumo, contra os efeitos gerados pela concentração da riqueza, sendo *coletiva* permite o surgimento de *novas forças sociais* do lado dos mais pobres e o fortalecimento dos partidos políticos mais identificados com os movimentos populares.

Porém, há limites impostos pela estrutura político-econômica da sociedade capitalista. Estes partidos políticos ao chegarem ao poder, tendem a atuar da mesma forma que os partidos anteriores, procurando cooptar os movimentos e burocratizá-los, já que a estrutura da sociedade capitalista não foi alterada. Isto é, se não houver alteração do *bloco hegemônico* que define a forma da atuação política, as transformações não ocorrerão, ou na melhor das hipóteses, não serão aprofundadas.

De qualquer forma, os movimentos populares urbanos podem contribuir para a conquista de espaços efetivos de participação popular no interior da *sociedade civil*. Podem, ainda, contribuir para a alteração da lógica da apropriação e uso do espaço urbano, através da alteração das leis de uso e ocupação do solo, ou para a conquista da tarifas diferenciadas pelos serviços públicos.

Gohn é de opinião que a atuação dos movimentos populares pode auxiliar na formação política das camadas populares, construindo uma contra-hegemonia popular ao gerar embriões de um poder, que mesmo não derrubando o capitalismo, pode alterar as decisões impostas pelo bloco hegemônico.

Doimo, por outro lado, não acredita na possibilidade da transformação social através da reapropriação do Estado pela sociedade civil autonomamente constituída.

Ainda é importante lembrar que explicar o surgimento dos movimentos sociais apenas pela carência na oferta de serviços públicos ou de infraestrutura é insuficiente. A carência, por si só, explica muito pouco sobre a emergência de movimentos sociais.

As forças que ficam em uma espécie de localismo, no âmbito estreito de suas reivindicações, deixam de perceber os contrastes que segregam e dão sentido de luta às desigualdades que só podem ser enfrentadas coletivamente. A maioria dos moradores da cidade não consegue participar das decisões sobre o seu cotidiano e pensar sobre os problemas que os afligem. Não é fácil compreender que não se trata de uma ordem

natural e que é possível mudar as situações aparentemente cristalizadas. Através dos movimentos sociais há uma possibilidade para tal, através da troca de experiências, de vivências do cotidiano.

II - Como analisar os Movimentos Sociais Urbanos

Os Movimentos Sociais Urbanos podem ser analisados de diversas maneiras; sendo que cada uma delas confere diferentes significados às ações empreendidas pelos participantes desses movimentos. Utilizaremos aqui o quadro referencial apresentado por GOHN(1991), com algumas adaptações, por considerá-lo uma referência útil para aqueles que estão iniciando o estudo sobre este tema.

1. A abordagem estrutural

- **o enfoque econômico-estrutural**

O enfoque econômico-estrutural enfatiza **os aspectos estruturais da sociedade capitalista**. Os movimentos que seguem esta orientação atribuem ao capitalismo a origem dos problemas e procuram desenvolver estratégias e práticas de lutas que modifiquem as estruturas dessa sociedade.

Por estas análises, os movimentos sociais urbanos surgem pelas carências relacionadas às necessidades dos trabalhadores, que precisam lutar por condições dignas da vida. Instituições como sindicatos, igrejas, partidos políticos, associações de bairros podem desenvolver papel fundamental para a eclosão e para o desenrolar desses movimentos sempre relacionados à remuneração insuficiente do trabalhador, mas suficiente para garantir a acumulação do capital.

Por esta visão, os movimentos sociais de caráter reivindicatório se tornam impotentes para a luta contra os aspectos estruturais da sociedade capitalista, que deveriam ser enfrentados através de lutas revolucionárias, tendo em vista uma transformação radical da ordem vigente.

- **o enfoque histórico-estrutural**

Há ainda um grupo de pensadores adeptos da corrente histórico-estrutural, como LOJKINE (1980) que possui uma visão mais política do problema. Enfatizam os processos políticos decorrentes da luta de classes, a qual não se restringe às contradições entre o capital e o trabalho, mas abrange todo o modo de produção, sendo que têm grande importância as contradições que ocorrem no interior dos aparelhos de Estado. Os conflitos de classe manifestam-se dentro do Estado e não se restringem apenas às questões estruturais, sendo importante compreender o sistema de correlações de forças existentes: entre a sociedade e as instituições vinculadas ao funcionamento da sociedade capitalista. A esfera política tem um papel fundamental nesta abordagem, ao contrário da anterior que privilegia o econômico. O sucesso ou não dos movimentos sociais urbanos depende da **correlação política** entre as forças sociais existentes.

- **o enfoque dos historiadores ingleses**

Uma outra possibilidade da abordagem dos movimentos sociais urbanos a partir ainda do enfoque estrutural, mas enfatizando a história da classe operária, é desenvolvida pelos historiadores ingleses como Hobsbawm (1970) e Thompson. Procuram resgatar as experiências coletivas dos trabalhadores que se relacionam cultura política. E dentre estas os protestos, as manifestações, os movimentos empreendidos por **sujeitos historicamente em construção**. Estes movimentos podem, ainda, ser

reformistas ou revolucionários, cada um deles com estratégias de lutas diferenciadas, de acordo com Hobsbawm.

Thompson, por sua vez, resgata questões clássicas como: valores, cultura e teoria política. Para esta corrente é fundamental as experiências do cotidiano, de acordo com o conceito de *práxis* de Lukács e incorporando, ainda, a contribuição de Gramsci a respeito de *campo de forças*. O importante é entender como as pessoas vivenciam as situações de carência e como se mobilizam para enfrentá-las. Estas situações podem levar à revolta, produzindo momentos da ruptura da ordem na vida das pessoas e na sociedade.

Para Thompson as classes estão em constante formação, através das lutas, das vivências, daí a importância da experiência. As condições materiais objetivas são cruciais, mas elas não têm um poder de determinação exclusivo e final.

Sader (1988) é um dos autores que compartilha desta corrente. Não enfatiza as *estruturas econômicas, sociais e políticas*, mas sim, *as experiências populares*. Faz uma crítica às análises estruturalistas, que não valorizam o cotidiano e o desenrolar dos acontecimentos para a apreensão de como se formam os mecanismos de resistência à opressão; de rebeldia à ordem dominante; de luta pela manutenção de costumes e de tradições, enfim da construção dos protestos. Para ele, é assim que se constrói a *cultura política*, a partir da aprendizagem produzida pela experiência.

2. A abordagem cultural-weberiana

Pode-se também interpretar os movimentos sociais utilizando o enfoque **culturalista**, que procura relacioná-los aos fatos do cotidiano, mas não como o proposto por Thompson, que fundamenta as suas análises utilizando-se do método marxista. O enfoque culturalista, tratado a seguir, se baseia na “teoria da ação social” de Max Weber.

As representações que os indivíduos (*atores sociais*) têm sobre as suas práticas, conferem significados às mesmas. A ênfase é dada nas relações de consumo e na distribuição das mercadorias, mais do que nas relações de produção. A má distribuição de bens gera as injustiças sociais. As mudanças são provocadas pelas ações coletivas dos indivíduos, sendo que os mesmos têm um papel primordial na determinação dos rumos dos acontecimentos.

Esta corrente culturalista weberiana produziu dois desdobramentos analíticos: o primeiro é o de Alain Touraine e o segundo de Claus Offe.

- **o enfoque da ação social**

É desenvolvido por Touraine (1989) e seguidores. Afirma que os movimentos sociais são “o coração da sociedade”. A partir da *ação social*, isto é, das práticas democráticas de pressão, surge uma nova sociedade política, dentro do próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitária. Os movimentos não seriam contra o Estado, pois não se ambiciona chegar ao poder.

- **o enfoque institucional**

A segunda tendência enfatiza o processo de institucionalização dos movimentos sociais (OFFE, 1989). A explicação a respeito das ações dos indivíduos está centrada na política e na cultura. Consideram que o marxismo não consegue explicar as ações tanto nos planos individuais como no coletivo, pois privilegia a análise das ações das classes

no plano da estrutura. A subordinação da análise ao fator econômico impediria enxergar as ações inovadoras dos indivíduos.

Offe analisa os movimentos sociais organizados contra o não acesso aos bens de consumo e culturais, que afetam a chamada classe-média européia, com a hegemonia do neoliberalismo. Os movimentos sociais objetivariam a interferência em políticas públicas e em hábitos e valores da sociedade

3. Outras abordagens culturais

- **o enfoque neo-idealista**

Seus principais representantes são filósofos e psicanalistas europeus, dentre eles, FOUCAULT (1984), DELEUZE E GUATARI (1985). Foram influenciados pelos pensamentos anarquistas (Proudhon e Kropotkin) e marxista, principalmente pelas análises de Heller(1989) sobre o cotidiano vivido e suas percepções, além de Habermas e Marcuse.

Enfatizam os chamados *movimentos de minorias*: de mulheres, de negros, de homossexuais, além dos movimentos pacifistas e ambientalistas, que seriam criadores da uma nova sociedade, potencializada por mudanças socioculturais (mudança de hábitos e de atitudes, através da militância).

Estes movimentos sociais estariam situados fora da esfera estatal, na sociedade civil, em busca de autonomia, de liberdade e de independência da ação. Seriam construtores de espaços novos – territórios de singularidades - onde os indivíduos poderiam expressar os seus desejos que foram frustrados ou reprimidos pela força do Estado. Indivíduos *desterritorializados*, *reterritorializam* a cidade através de formas específicas de apropriação da mesma. Como ocorre com os grafiteiros, os homossexuais, ou outras tribos urbanas, com as suas especificidades culturais (*rappers*, e até mesmo os *skinheads*).

A luta básica gira em torno da conquista da autonomia, para isso a não-institucionalização é fundamental. Colocam-se contra o Estado, os partidos políticos e a religião. Na *comunidade* criam-se as dissidências analíticas e as relações sociais novas.

A respeito deste enfoque, DOIMO (1995) discute que para alguns estudiosos do tema este enfoque relaciona-se com a possibilidade de construção de uma sociedade radicalmente democrática, já outros interpretam como a chance de se incrementar um “duplo poder”, alternativo à lógica do Estado capitalista.

- **o enfoque neopositivista**

Por este enfoque os movimentos são vistos como manifestações comportamentais coletivas, oriundos do desejo de participação na sociedade, tratada em contraposição ao Estado. GOHN (1991), discutindo esta tendência teórica, mostra a possibilidade de institucionalização desta forma da atuação, pois apesar de surgir de inquietações sociais, busca maior representatividade na política.

O fato de os indivíduos se contraporem à sociedade é visto como inerente à natureza humana, na medida em que a sociedade bloqueia-os, oprime-os e frustra-os. As possibilidades de mudança social, ou mesmo de resistência às mudanças, surgem destes embates entre indivíduos e sociedade, ou seja, seriam frutos destes comportamentos coletivos, que acabam por levar os indivíduos a participarem das instituições.

Nesses casos os movimentos podem ser culturais, quando relacionados às mudanças de valores; sociais, se forem produzidos pela desorganização social e descontentamento ou ainda políticos, quando surgem motivados pela injustiça social.

4. Outras possibilidades interpretativas

As possibilidades de interpretações, apresentadas a seguir, elaboradas por DOIMO (1995) têm o mérito de sintetizar criticamente os enfoques anteriores. Identifica 3 possibilidades de interpretação/ação para os movimentos sociais:

- **o enfoque estrutural-autonomista**

Por esta interpretação, buscam-se as explicações para as ações a partir de dois postulados básicos: a) as **contradições urbanas**, produzidas pelo caráter de classe do Estado que financia a reprodução da capital em detrimento da garantia da reprodução da força de trabalho. Fazem parte, portanto, do conflito principal da sociedade capitalista, **entre o capital e o trabalho**; b) **a sociedade civil** que tem, em si mesma, uma capacidade ativa no sentido de **organizar-se “autonomamente”**, contra a tradição política autoritária. Os “novos movimentos sociais”, protagonizados pelos “novos sujeitos coletivos”, numa manifestação de rebeldia espontânea, se dirigiriam contra tal autoritarismo, protagonistas da possibilidade de transformação das relações capitalistas de produção.

- **o enfoque cultural-autonomista**

Esta interpretação surge a partir de 1982-1983, baseada nas correntes culturalistas para a interpretação dos movimentos sociais europeus. De certa forma, conseguem enfraquecer a abordagem anterior. Revalorizam a **cultura** e a **subjetividade** na elaboração dos conflitos sociais, contra a racionalidade instrumental do Estado. A partir da crítica às análises de um marxismo reducionista e economicista, utiliza a noção de Thompson de “experiência”, buscando o sentido das práticas ou da experiência.

Refuta-se a idéia de sujeito único (“o movimento”, “o Partido” etc.) baseada na *suposta* homogeneidade de classe produzida pelas *condições materiais objetivas de existência*. Trabalha com a idéia de “sujeitos políticos”, portadores de uma “nova identidade sócio-cultural”, para a construção de um projeto político voltado para a “transformação social” e para a “radical renovação” da vida política.

Até a metade dos anos 1980, estas duas posições foram dominantes nas interpretações a respeito dos movimentos sociais urbanos. Embora discordantes em alguns pontos, situam-se no universo marxista de análise e trabalham com a hipótese de que os movimentos seriam capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, pelas propostas de “democracia de base”, de “autonomia” em relação ao Estado e de independência em relação aos Partidos Políticos.

- **o enfoque institucional**

Com a reconstrução da democracia do Brasil, surgem outras práticas vinculadas ao **enfoque institucional**. DOIMO (1995, p.49) ressalta que embora os movimentos baseados nos enfoques autonomistas criticassem o atrelamento institucional, os mesmos não eram tão anti-Estado ou contra-Estado, como supunha a matriz estrutural-autonomista. O quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos era muito amplo “e o Estado poderia ser “amigo” ou “inimigo”, dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido.”

O dilema teórico coloca-se a partir desse binômio *autonomia-institucionalização*, baseadas nas formas de atuação concretas. Outros autores, como Cardoso e Boschi, nos seus estudos interpretativos a partir de 1983, identificam novas formas de relação entre os movimentos e o Estado, menos vinculadas às relações de classe, e sim ao crescimento e ampliação das funções do Estado sobre a sociedade. Por isso, concluem que os novos movimentos urbanos estariam mais vinculados à ampliação dos direitos da cidadania do que com os compromissos com as mudanças estruturais das relações capitalistas.

5. O hibridismo dos movimentos concretos

Independente da filiação teórica da argumentação apresentada, os movimentos sociais são frutos do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, reproduzindo as características desta sociedade. Por exemplo, no Brasil, as práticas destes movimentos tanto receberam influências do pensamento marxista ou materialista-histórico - incorporando nas análises elaboradas categorias como dialética, revolução e história - como sofreram as influências de sujeitos ligados à Igreja católica, procurando valorizar as ações baseadas nas culturas locais e nas relações interpessoais estabelecidas no cotidiano.

Quer dizer, as correntes de pensamento e as práticas sociais estão alicerçadas no papel que a cultura tem na sociedade, mas também pelas determinações sociais, políticas e econômicas que exercem grande influência sobre os movimentos e a mudança social.

Os movimentos concretos foram influenciados tanto pelas condições estruturais vigentes, como pelas novas tendências intelectuais e correntes européias de pensamento. Além disso, não foi apenas a tradicional cultura autoritária brasileira, mas também outros traços da tradição cultural – comunidade, relações interpessoais – que influenciaram os movimentos populares que contribuíram para produzir transformações históricas (DOIMO, 1995, p.75).

Mesmo porque, a partir de meados dos anos 1970 estavam inviabilizadas ou esgotadas outras possibilidades de transformação social, quer pela via do *planejamento tecnocrático*, colocado em prática pelo regime autoritário vigente, ou pela via das ações de “*vanguarda*” de “partidos revolucionários”, colocados em prática a partir do final dos anos 1960 e que pretendiam conscientizar as “massas” amorfas, passivas e silenciosas.

O pensamento de Gramsci vai fecundar as correntes de pensamento que elegem o chamado “povo” como “sujeito histórico”. Utiliza-se o conceito de sociedade civil, e o cotidiano juntamente com o senso comum passam a ter importância política.

Em síntese, as interpretações ou as ações baseadas no acirramento da “luta de classes”, pura e simplesmente, foram substituídas pelas ações que consideravam as “condições de reprodução da existência”. Isto é, o enfoque não está mais centrado unicamente nas relações de produção, deslocando-se para as questões referentes ao consumo, entendido como o cerne dos conflitos relacionados à transformação social. Isto é verdadeiro para todas as correntes interpretativas – desde as estruturalistas, como as culturalistas. A diferença é que enquanto uma interpreta o consumo de bens coletivos pelo enfoque econômico, outras interpretam o consumo pela dinâmica da cultura ou do comportamento.

As práticas estabelecidas assentam-se na reabilitação da idéia de *comunidade* – de conotação fortemente conservadora (original da estrutura corporativa da Idade

Média, tornada anacrônica com a consolidação do Estado moderno) – com a valorização da *experiência* e da cultura e enfraquece o conceito de classe social. Para Doimo, isto não significa a negação da importância da *classe social*, mas sim que a cultura volta a ser valorizada pelo pensamento de esquerda, e que, a idéia de classe social “não pode ser concebida inseparavelmente de como homens e mulheres vivem suas relações de produção, experimentam suas situações determinantes dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e expectativas herdadas, e de como modelam estas experiências em formas culturais” (DOIMO, 1995, p90).

Estas interpretações ficam mais bem esclarecidas a partir da discussão trazida por Eder Sader sobre o conceito de **sujeito social e histórico**. Este sujeito é criado pelos próprios movimentos sociais populares: indivíduos dispersos e isolados que começam a se reconhecer mutuamente, quando passam a decidir e agir em conjunto, criando uma **identidade** ao se reavaliarem e se redefinirem no decorrer do movimento. O sujeito é resultado da interação com outros agentes, e embora seja coletivo, não é portador da uma visão pré-determinada, que serviria como fio condutor para todas as ações dos movimentos sociais em curso em uma dada sociedade. (SADER, 1988)

Mas, quem é este *sujeito*? Poderia ser simplesmente algum *ator social*? Ou ainda, um *agente*?

Alain Touraine, que trabalha com a sociologia da ação, entende que certa situação na sociedade é resultado de relações entre os **atores**, definidas tanto por suas orientações culturais, como por seus conflitos sociais. Esses *atores* são dotados da autonomia, como acontece com os *agentes*, não desempenhando nenhum papel pré-determinado, definido por condições dadas, decorrentes do sistema social. Isto é, para Touraine, os atores não são portadores de papéis definidos no nível da estrutura social.

Sader pensa esses atores como agentes dotados ao mesmo tempo da *autonomia* e de *heteronomia*, isto é, as suas ações são, também, frutos de influências externas que lhe são impostas, mas que conseguem re-elaborar. Por isso, prefere utilizar a noção de *sujeito coletivo*: construído a partir da organização de práticas na defesa de interesses comuns e de vontades. A elaboração da identidade coletividade vai ocorrendo no decorrer destas experiências conjuntas. (SADER, 1988, p.55)

Afirma que diferentes movimentos sociais encontrados em uma mesma sociedade, tendo em vista a elaboração cultural das necessidades, partilham da uma mesma definição daquilo que é necessário. Entretanto, o tipo de ações que desenvolvem para alcançar seus objetivos, bem como a importância relativa que cada um dá aos bens materiais e simbólicos depende dos *significados* desses bens para cada um e das *experiências* que compartilham socialmente. É assim que a *identidade* é construída entre os membros de um determinado grupo.

Não se trata de uma identidade dada, isto é, que naturalmente o grupo possui. Mas, de uma identidade fruto das posições que assume coletivamente, enquanto grupo. Depende, sobretudo, das *experiências vividas* pelos indivíduos que participam daquele grupo e que permitem reconhecer seus objetivos, seus inimigos e o mundo que os envolve.

Esta idéia está fundamentada na concepção de classes sociais de Thompson, para quem, as classes existem concretamente a partir das **experiências vividas** por homens e mulheres no seio das relações de produção. Estas experiências concretizam-se em formas culturais, a partir das situações **experimentadas** dentro do conjunto das relações

sociais, de acordo com a cultura e as expectativas daquela sociedade ou daquele grupo. (SADER, 1988, p.44)

Os interesses são identificados na elaboração destas experiências, constituindo-se os sujeitos coletivos e os movimentos sociais.

Para superar a falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas, o autor lembra que os sujeitos fazem parte das estruturas objetivas da realidade, que, entretanto, não são exteriores aos homens, ao contrário são por eles produzidas e por isso estão impregnadas de significados sociais. Trata-se de uma *co-determinação*, isto é, há a influência daquilo que já existia com um significado simbólico já dado. Há outras significações, entretanto, que não são reflexos puramente do que já existia anteriormente, pois há uma capacidade criadora da imaginação produzindo novos significados.

O sujeito coletivo vai surgindo na dinâmica dos movimentos sociais, entre as pessoas que vão se descobrindo umas às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Pessoas que possuem valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a construção de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante, a partir das práticas desenvolvidas durante a mobilização.

Os interesses são identificados na elaboração destas experiências, constituindo-se os sujeitos coletivos e os movimentos sociais que atuam para as transformações da sociedade.

III- Conclusões

Enfim, a conscientização a respeito de direitos sociais não garantidos pode criar as possibilidades para se lutar por eles, levando a uma maior inserção da sociedade no setor estatal. Trata-se da *socialização da política* e as pressões produzidas pelos movimentos populares organizados são para se efetivar mudanças na orientação das políticas públicas. O seu oposto, isto é, contentar-se com a garantia de direitos individuais representa a manutenção do *status quo*, ou seja, não há perspectivas para mudanças sociais.

Atualmente no Brasil, o poder público dispõe de vários instrumentos para a garantia dos *direito à cidade*, principalmente depois da promulgação do *Estatuto da Cidade*, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988. No artigo sobre a reforma urbana, a Carta Magna disciplina o regime de propriedade, possibilitando intervenções para que o exercício desse direito esteja voltado para beneficiar a coletividade, com base no princípio da função social da propriedade.

A reforma urbana pode contribuir para a efetivação da cidadania, desde que seja para a construção de condições dignas de vida, garantindo os direitos fundamentais do morador da cidade. O que só acontecerá com a execução de uma política urbana comprometida em assegurar a todo o cidadão estas condições relacionadas à justiça social. A execução desta política urbana dependerá de como evoluirão as relações entre poder público e sociedade-civil.

As mudanças neoliberais na ordem mundial agravaram ainda mais a situação do país junto ao sistema financeiro internacional. A sua forma subordinada de inserção nesta ordem dificulta as relações entre o poder público e os movimentos sociais. As políticas econômicas impostas impossibilitaram que sucessivos governos pudessem

efetivamente atender as reivindicações de movimentos que vão assim se enfraquecendo, conscientes talvez das impossibilidades econômicas relacionadas às limitações políticas.

Com o aprofundamento da crise econômica nos países hegemônicos, atingindo obviamente os demais, a situação pode se agravar ainda mais, com cortes nos investimentos sociais para beneficiar o setor produtivo.

Assim, para os trabalhadores em geral, outras questões colocadas pela *nova/velha ordem* acabam tornando-se mais prementes – como a manutenção de um emprego ou a luta para se conseguir um. (SANTOS, 2008)

Para que o Estado possa reverter as tendências apontadas é necessário saber: *primeiro, se o poder público pode intervir na direção desejada pelo sistema capitalista internacional sem aguçar as contradições internas; segundo, se, intervindo nessa direção, não vai a prazo médio ou longo levar a resultados opostos à sua intenção.* (SANTOS, 1979, p.154)

Estas afirmações ajudam a esclarecer como as transformações espaciais ocorrem a partir de determinadas tendências produzidas pela sociedade. As opções feitas dependem das relações entre a sociedade política e a sociedade civil. Num regime em que a democracia encontra-se fortalecida, as transformações espaciais são frutos desta relação dialética, fruto do exercício da cidadania em uma democracia renovada, como diz LEFEBVRE (1969). Porém, quando a democracia não se encontra fortalecida, a luta desenvolve-se em outro nível; luta-se pela conquista de direitos relacionados à sobrevivência imediata - o que é mais difícil e penoso - na verdade luta-se para a conquista e respeito de direitos que a sociedade burguesa já consagrou. Nessas condições de acirramento das contradições urbanas, ao mesmo tempo em que se torna mais difícil exercer a cidadania, amplia-se o universo de pessoas aptas a exercê-la e é deste embate que os movimentos sociais podem ou não sair fortalecidos.

BIBLIOGRAFIA

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GUATARI, Felix. *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Hucitec: São Paulo, 1980.
- HARVEY, David. *O espaço da Esperança*. Edições Loyola: São Paulo, 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri - *La Revolution Urbaine*. Paris: Editions Gallimard, 1970.
- LOJKINE, Jean. *O Estado e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- OFFE, Claus – *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. RATTNER, H. (org.), São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - técnica e tempo; razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Regina Bega. Poder Público, sociedade civil e planejamento urbano. As interações possíveis e impossíveis na definição das tendências de estruturação do espaço das metrópoles. In: *Revista Eletrônica de Administração Pública*, no. 1. Araraquara. UNESP, 2007.
- SANTOS, Regina Bega. *Movimentos Sociais Urbanos*. São Paulo: Edunesp, 1988.
- SILVA, José Borzachielo. O estatuto da cidade e a reforma urbana no Brasil. In: *GEOUSP. Espaço e Tempo*, no. 10. São Paulo. Dpto de Geografia, FFLCH.USP, 1998.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciéncia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue*. São Paulo: Trajetória Cultura, Unicamp. 1989.